

# SUMÁRIO

.....

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I – Elementos de grupos societários: por uma teoria geral..</b>	<b>25</b>
1. Ordenamento heterônomo decorrente da estrutura grupada .....	25
1.1. O interesse societário .....	27
1.2. Poder de controle e abuso.....	33
1.3. Direção unitária.....	41
2. Gênese alemã da opção brasileira.....	44
3. Paradoxo de separação e unidade no grupo societário brasileiro.....	55
3.1. Segue .....	57
3.2. Segue .....	61
4. Grupos de direito.....	64
4.1. Natureza e função econômica do contrato de grupo.....	67
4.2. Compensação de perdas financeiras.....	69
5. Grupos de fato.....	70
5.1. Coligação .....	71
5.2. Controle em grupos .....	75
5.3. Subsidiária integral.....	80
5.4. Grupos de subordinação e coordenação .....	81
5.5. Participações recíprocas .....	84
5.6. Preponderância do controle em outros sistemas.....	87
6. Seleção de critérios da teoria geral no direito brasileiro para imple- mentação da garantia de tutela coletiva de credores.....	98
6.1. Ordenamento societário do grupo.....	103
6.2. Ordenamento patrimonial do grupo .....	106
6.3. Ordenamento empresarial do grupo .....	109
6.4. Garantias no direito de grupos .....	110

<b>CAPÍTULO II</b> – Extensão subjetiva da falência.....	113
7. Tutela do crédito na falência .....	113
8. Sujeito passivo da falência e interpretação do art. 82 da LREF .....	121
9. Falência pedida pelo próprio devedor como dever.....	126
<b>CAPÍTULO III</b> – Grupos societários e falência: fundamentos e critérios.....	133
10. Qualificação jurídica .....	133
11. Solução norte-americana.....	136
11.1. <i>Fraudulent transfer</i> .....	140
11.2. <i>Voidable Preference</i> .....	142
11.3. Direito de compensação ( <i>set-off</i> ).....	144
11.4. <i>Equitable subordination</i> .....	145
11.5. <i>Substantive consolidation</i> .....	147
12. Opção alemã.....	149
12.1. A jurisprudência alemã em matéria de grupos .....	154
13. Opção italiana .....	158
14. Opção espanhola.....	165
15. Pressupostos do direito português .....	168
16. O critério brasileiro .....	169
16.1. Orientação do STJ .....	172
16.2. Os critérios dos Tribunais Estaduais.....	178
16.3. A repercussão em primeira instância .....	185
<b>CAPÍTULO IV</b> – Extensão de efeitos da falência para sociedade controladora.....	191
17. A juridicização do controle na falência .....	191
18. Critérios para a extensão de efeitos.....	196
18.1. Suspensão, ineficácia e revogação de negócios internos do grupo.....	203
18.2. Subordinação de créditos .....	207
18.3. Consolidação substancial brasileira .....	208
19. Extensão de efeitos para sociedades em comum.....	211
<b>CAPÍTULO V</b> – Extensão de efeitos da falência para sociedades controladas....	215
20. Qualificação jurídica .....	215
21. Critérios para a extensão de efeitos.....	219

21.1. Proposta do modelo UNCITRAL para direito interno .....	219
21.2. Hipóteses para o direito brasileiro .....	223
21.3. O controle judicial do conflito de interesses de credores.....	224
21.4. Os efeitos para sociedades irmãs .....	225
<b>CAPÍTULO VI – Falência de grupos multinacionais .....</b>	<b>227</b>
22. Concentrações empresariais transfronteiras .....	227
23. Modelos UNCITRAL de legislação para insolvência transnacional....	233
24. Regulamento Europeu de Insolvências .....	240
25. Problema da identificação do <i>beneficial owner</i> .....	242
26. Disciplina da matéria no direito brasileiro.....	243
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>251</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>261</b>
<b>SUMÁRIO DE QUADROS</b>	
Quadro 1 – <i>Ranking</i> de recuperação de crédito .....	16
Quadro 2 – Estrutura piramidal comum nos grupos brasileiros.....	23
Quadro 3 – Jurisprudência alemã de responsabilidade em grupos socie- tários .....	154